

A necessidade de manter a negociação da dívida externa

O ano de 1986 inicia-se com novas negociações da dívida externa. Na verdade, desde que, no primeiro semestre de 1985, expirou o acordo provisório acertado pelo governo anterior, foram concluídos outros dois documentos, nenhum deles assinado pela totalidade dos bancos credores.

Este fato não constituiu empecilho para que o País concretizasse novas metas políticas e econômicas, desenvolvidas no transcorrer do ano passado. Isto parece demonstrar que os banqueiros internacionais — da mesma maneira que as autoridades brasileiras — têm plena consciência de que a hipótese de rompimento não deve ser considerada, pois não beneficiaria nenhuma das partes.

Por sua vez, o País está em posição confortável para retomar as negociações, pois mantém folga na área externa. Também tem a seu favor o fato de ter sabido transformar o produto do capital tomado emprestado em empen-

dimentos produtivos na infraestrutura que lhe permitem atender ao pagamento do serviço da dívida. Em suma, o dinheiro assim empatado alcançou razoável grau de produtividade.

Além disso, nos últimos tempos a economia nacional suportou uma redução de suas importações, sem que isso afetasse sua capacidade de produção. Ao contrário, encontrou forças para manter, no segundo semestre de 1985, um crescimento sustentado. E, apesar do protecionismo que está minando o comércio internacional, o País tem conseguido assegurar, com grande esforço, um adequado grau de estabilidade e diversificação da estrutura de suas exportações.

Nesta ordem de idéias, o Brasil é uma nação em desenvolvimento, sem outros objetivos a curto prazo a não ser promover um nível mais adequado de bem-estar social para seu povo, impedir que se desfaça sua capacidade industrial instalada e evitar o es-

coamento de suas reservas monetárias internacionais.

O mesmo caráter pragmático poderá ser encontrado nas negociações da dívida externa, com prioridade para um esforço em favor da redução dos "spreads" que vigoram sobre o estoque da dívida. É em torno desta questão que persistem os pontos de divergência.

A negociação de juros mais baixos está intimamente ligada ao problema do prazo de duração de um novo acordo. O governo anterior fez finca-pé em favor de um projeto de catorze anos, que terminou no acordo provisório e em suas duas prorrogações. Este consiste simplesmente na rolagem do principal da dívida e na manutenção das linhas de crédito comerciais e interbancárias, sendo estas os pontos de pressão que os bancos podem exercer sobre o País.

Segundo Fernão Bracher, presidente do Banco Central, os banqueiros pretendem discutir

um acordo de dois anos. Em contrapartida, o governo brasileiro tem defendido a renegociação multianual, embora não descarte a possibilidade de analisar também outras propostas viáveis.

É provável que se acerte uma medida provisória, enquanto se discute um entendimento mais amplo. O que não se pode esquecer, todavia, é que a maneira de contornar a crise financeira do sistema bancário internacional não pode ser fundamentada em novas crises econômicas para os países devedores. Para estes, o que importa é conseguir prazos maiores de amortização e juros menores, a fim de diminuir as pressões sobre sua economia e poder atender às necessidades sociais. Mesmo porque em 1985 o Brasil — seguindo uma tendência que predominou em todo o mundo — teve estreitado o perfil da dívida contraída junto aos bancos internacionais, em oposição ao ocorrido nos dois anos anteriores.